



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

Expediente nº 08/2021 – Setor de Licitações

São Paulo, 3 de maio de 2021.

**Ao
<OMITIDO>**

Assunto: decisão do pregoeiro sobre impugnação

Prezado <OMITIDO>,

Versa o presente expediente sobre pedido de impugnação aos termos do edital, do pregão eletrônico nº 01/2021, registro de preços, do processo administrativo nº 30/2021, que trata da contratação de empresa especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas dependências e instalações deste Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo – Core-SP.

Considerando a impugnação apresentada por V.Sa. tempestivamente via e-mail em 29 de abril de 2021 às 13:15 horas e complementada em 30 de abril de 2021 às 11:02 horas, pelo <OMITIDO>, com fundamento no item 24 do Edital.

Em consequência, conforme previsto no item 24.3 do edital remeto-vos abaixo as providências adotadas no intuito de responder e decidir a impugnação.

Inicialmente este pregoeiro, solicitou subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, que foram respondidos, via e-mail pela requisitante (Coordenadoria Administrativa) e via Parecer nº 59/2021 – Procuradoria-Geral, de 3 de maio de 2021.

O impugnante, <OMITIDO>, alegou, em síntese, haver irregularidade no presente certame, posto que não foi exigida documentação imprescindível à habilitação das licitantes, qual seja, o CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO DE CADASTRAMENTO perante à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, emitido pelo Departamento Estadual de Polícia Científica, com validade na data de apresentação (art. 14, II, da Lei Federal nº 7.102/83 e Portaria Estadual SSP-SP/DIRD nº 001/2001).

Assim, passo às considerações:

A Lei 7.102/83 ao estabelecer normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância, listou condições especiais para operação (execução dos serviços), a saber:

Art. 14 - São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

II - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

Por consequência, balizando-se na referida lei, o Pregão Eletrônico nº 01/2021 - Core-SP fixou expressamente condições em seu Edital e Termo de Referência, tornando inequívoca a observância não só da



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

Lei nº 7.102/83, como também das demais obrigações previstas em legislação específica. Destacamos alguns itens:

EDITAL

9. DA HABILITAÇÃO

9.8.6. no caso de exercício de atividade de vigilância: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 20 da Lei nº 7.102/1983;

9.8.7. Certificado de Segurança expedido pela Polícia Federal, válida na data da apresentação da proposta, certificando que a empresa foi fiscalizada e está em condições técnicas para prestar os serviços, nos termos da mesma Lei;

TERMO DE REFERÊNCIA

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Em que pese tais previsões acima, de acordo com o Impugnante, o edital deveria ser reformulado e republicado para incluir, especificamente, o Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a SSP/SP, como documento expresse para qualificação técnica de interessados, portanto, condição prévia de HABILITAÇÃO.

De fato, não foi exigida expressamente a apresentação do certificado discriminado na habilitação. No entanto, consta do instrumento convocatório a menção clara e expressa à legislação específica pertinente.

Sobre o assunto, ressalto que o Certificado de Regularidade, previsto no artigo 1º da Portaria Estadual SSP-SP/DIRD nº 001/2001, em cumprimento ao regramento específico, deverá ser apresentado para que a empresa vencedora inicie suas atividades operacionais.

Contudo, tal exigência como condição de habilitação, seria restritiva à ampla participação de interessados, se tivessem que atender de forma antecipada o cadastramento prévio junto à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, prejudicando, por exemplo, eventual participação de empresa licitante de outro Estado.

Com efeito, destaca-se o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/963 que veda aos agentes públicos:



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

“I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991”

E, ainda, no TC-004.658/2014-0 instaurado pelo Tribunal de Contas da União, fruto de uma representação do <OMITIDO> em face da Gerência de Filial de Logística da Caixa Econômica Federal em São Paulo (Gilog/SP), sob a mesma alegação de suposta falha relativa às condições para habilitação em pregão eletrônico, assim decidiu aquela Corte por meio do Acórdão 719/2014 – Plenário, com destaque para os seguintes trechos do VOTO:

4. Em relação à primeira questão, o <OMITIDO> afirma que o edital afronta a Lei 8.666/1993, art. 30, inciso IV, pois não estabelece a apresentação de documentos em atendimento a lei especial (no caso, a Lei 7.102/1983), quais sejam:

“I - AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO unificada com o Certificado de Segurança, emitida pelo Sistema GESP (Gestão Eletrônica de Segurança Privada) do Departamento de Polícia Federal, com validade na data de apresentação (art. 14, I, da Lei 7.102/1983 e art. 4º da Portaria MJ/DPF 3.233/12).

(...)

II - CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO DE CADASTRAMENTO perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, emitido pelo Departamento Estadual de Polícia Científica, com validade na data de apresentação (art. 14, II, da Lei 7.102/1983 e Portaria Estadual SSP-SP/DIRD 001/2001).”

5. Todavia, como bem mostra a Secex/SP, a despeito de não haver expressa menção a esses documentos na peça convocatória, consta a indicação da legislação que rege o certame, a qual exige que as empresas especializadas em serviços de vigilância possuam autorização de funcionamento emitida pelo Ministério da Justiça ou órgão estadual conveniado (art. 14 da Lei 7.102/1983 e art. 32 do Decreto 89.056/1983).

6. Além disso, uma das obrigações da futura prestadora, consignada na minuta de contrato, consiste em se manter em conformidade, durante o período de execução da avença, a “autorização de funcionamento e respectiva revisão anual, emitida pelo órgão competente, de acordo com o disposto nas Leis 7.102/1983 e 9.017/1995, Decretos 89.056/1983 e 1.592/1995, Portaria 3.233/2012-DPF e respectivas alterações, que comprove estar o licitante habilitado a prestar os serviços de vigilância ostensiva e ASPP em nome da empresa, bem como todos os atestados, certidões e declarações de renovação de funcionamento e exercício da atividade”.

Conclui-se, assim, que quando a licitante for conduzida à condição de contratada, não estará isenta de cumprir a exigência, sob pena de aplicação das sanções previstas de fiscalização pelo Ministério da



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
CORE-SP**

Justiça / Polícia Federal, nos termos dos artigos 39 e 40 do Decreto Federal nº 89.056/1983, da Lei Federal nº 7.102/83 e demais normas pertinentes.

Isto posto, por ser condição da empresa que opere nesse Estado a obrigação de promover comunicação à Secretaria de Segurança Pública, nos termos do artigo 38 do Decreto Federal nº 89.056/1983, atualizado pelo Decreto Federal nº 1.592/95, torna-se inviável exigí-la como condição prévia para participação no certame, sob pena de violar o interesse público, a ampla participação e a isonomia do certame promovido por este Core-SP.

Por derradeiro, nada impede que, uma vez constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, após a empresa licitante ser declarada vencedora e ultimada a adjudicação, seja solicitada a apresentação do referido Certificado de Regularidade de Cadastramento perante a SSP/SP no ato de convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, cumprindo-se o previsto em Portaria Estadual para início das atividades operacionais.

Em conclusão, o ajuste proposto pelo respeitado Impugnante será objeto de NOTA DE ESCLARECIMENTO, a ser divulgada a todos os interessados, a fim de constar a obrigação legal da empresa que operar nesse Estado de promover, **nos termos do artigo 38 do Decreto Federal nº 89.056/1983, atualizado pelo Decreto Federal nº 1.592/95**, a comunicação à Secretaria de Segurança Pública, e, por consequência, obter o certificado de regularidade para iniciar seus serviços, na forma da Portaria Estadual SSP-SP/DIRD 001/2001, cumprindo-se as obrigações descritas em contrato administrativo.

Nesse sentido, o entendimento do TCU acerca dos esclarecimentos prestados administrativamente possuem natureza vinculante para todos os licitantes, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório (dentre outros, Acórdãos 130/2014, Ministro Relator José Jorge, 299/2015, Ministro Relator Vital do Rêgo, e Acórdão 179/2021, Ministro Relator Raimundo Carreiro, todos do Plenário).

Isto posto, considero INDEFERIDA a impugnação, e, ato contínuo, será divulgada NOTA DE ESCLARECIMENTO via portal de Compras Governamentais e portal do Core-SP acerca da obrigação legal.

São Paulo-SP, 3 de maio de 2021.

Maike André Marques
Pregoeiro do CORE-SP

